

# Última batalha no Congresso que finda

Mais uma reunião do entendimento nacional se realiza hoje. Apesar do anunciado acordo preliminar entre lideranças de empresários e trabalhadores em torno de reivindicações a apresentar ao governo, não há expectativa de avanços nesta etapa. Embora o ministro da Justiça tenha assumido o papel de principal negociador por parte do governo, na verdade é a ministra da Economia quem dá a palavra final em matéria que diz respeito ao Plano Collor e à sua execução, da responsabilidade da sua área. Como se sabe, a negociação do pacto limita-se aos conflitos gerados pela política de rendas e ainda não pressupõe qualquer acordo político geral, como parece ser de boa norma.

O governo aparentemente continua à espera de que o Congresso renovado se instale em fevereiro do próximo ano para examinar a possibilidade de levar avante propostas de entendimento político. Obviamente está trabalhando com a idéia de que as câmaras legislativas, que se reúnem em razões finais por mais duas semanas, não tenham mais força para enfrentar a política salarial definida por medida provisória. Disso resultaria a conveniência de composição que assegure a aprovação da medida com apoio de oposição e governo para evitar sua reedição no final do mês.

As lideranças de oposição não pensam assim e dispõem-se a dar um combate final à política de salários da ministra Zélia Cardoso de Mello. As ambigüidades do PMDB poderiam ser contornadas pelo líder Ibsen Pinheiro dado o reforço que teve o partido no segundo turno eleitoral, do qual emergiram governadores pemedebistas em São Paulo, no Paraná, na Paraíba e no Pará, com reflexo no ânimo dos que supõem seja possível resistir à política do presidente da República. PDT, PT e PSDB estão permanentemente mobilizados para seguir por aí, como prova a determinação com que se lança à luta, apesar de estar em final de mandato, o incansável deputado Euclides Scalco.



Qualquer reação do Congresso que elimine ou modifique a medida provisória de política salarial poderá causar dificuldades incontáveis ao Plano Collor, que atravessa seu momento mais difícil, sobretudo no período em que haverá um vácuo na atividade parlamentar, entre dezembro e março. O governo deve ter informações suficientes para permanecer tranquilo nesses poucos dias de esforço concentrado do Congresso, coincidente com os sinais irreversíveis da recessão econômica, a qual só teria alcance político e eficácia econômica se determinar afinal o retrocesso da inflação. O governo acredita que isso acontecerá nos primeiros meses do próximo ano, mas os indicadores existentes estimulam o ceticismo abertamente pregado por alguns economistas.

De certo modo, não só a política salarial mas tudo o mais no país está na dependência do êxito de um processo de luta antiinflacionária que não sofrerá revisão, enquanto isso depender do presidente da República e da sua confiança no grupo de economistas ao qual confiou a formulação e execução do seu projeto de política econômico-financeira. Collor parece determinado a fechar os olhos e os ouvidos, certo de que fez a melhor opção e por isso mesmo deve arcar com os riscos do processo até que o êxito final justifique sua decisão.

Se Collor e Zélia estão certos e se suas previsões se confirmarem, o governo deverá superar rapidamente suas dificuldades e ingressar no seu segundo ano acenando com reais perspectivas de mudança da chamada cultura inflacionária que infelicitava o país. Ainda que à custa de sacrifícios de assalariados e empregadores, à custa da própria economia numa etapa que se supõe curta, o país mudaria de rumos e tentaria o grande passo de desenvolvimento econômico. Até 1989 e por longos anos a inflação gerou dificuldades, interferindo negativamente, mas só excepcionalmente, um ano ou outro, bloqueou o crescimento do Produto Nacional Bruto.

## Alerta em Curupu

Ontem pela manhã o ex-presidente José Sarney recebeu alerta telefônico na Ilha de Curupu, Maranhão, de que irromperia movimento revolucionário na Argentina. Sarney procurou confirmação em Brasília por te-

fone mas ninguém sabia de nada na capital.

O ex-presidente permanecerá na ilha, onde tem

uma casa de descanso, por dez dias pensando ali refazer-se dos cinco anos de apreensões e dos 60 dias de tensão eleitoral.

Carlo Castello Branco